

A CASA-GRANDE, A FAZENDA E A CORTE: REFLEXÕES SOBRE FAMÍLIAS, CONFLITOS E ALIANÇAS EM O TRONCO DO IPÊ

INTRODUÇÃO

Reflexões existentes sobre a sociedade brasileira apóiam-se nas relações familiares de outrora (Brasil colonial), e nas atuais, para construírem esquemas interpretativos mais abrangentes. Essas ponderações foram e são feitas a partir de diversos enfoques: literatura, sociologia, antropologia, direito, história, entre outros.¹

Não raro, esses pontos de vista se cruzam: romancistas lançam mão da realidade para as suas obras; cientistas sociais olham essa literatura como uma das matérias-primas para as suas análises.

Neste artigo, tomo o romance *O Tronco do Ipê*, de José de Alencar (1871), como base descritiva para a reflexão acerca das relações familiares, seus conflitos e arranjos sociais em uma fazenda fluminense no período imperial. José de Alencar, nascido no Ceará em 1829, veio para o Rio de Janeiro quando o pai, um padre, assumiu o cargo de senador desse estado, em 1830. Formou-se na faculdade de Direito de São Paulo, atuou como jornalista, deputado e Ministro da Justiça.²

Considerando José de Alencar um homem de seu tempo, é possível tomar o romance *O Tronco do Ipê* como uma expressão plausível de determinado momento (1850-57) e de

FERNANDA DELVALHAS PICCOLO*

RESUMO

Este artigo expõe questões suscitadas pelo uso da noção de “família patriarcal brasileira”. Para isso, toma-se como base descritiva e analítica o romance *O tronco do Ipê* (1871), de José de Alencar. Considerando o autor como um homem de seu tempo, toma-se o romance como uma expressão de determinado momento (1850-57) e lugar (interior fluminense) da sociedade brasileira, para refletir acerca das relações familiares, seus conflitos e arranjos sociais em uma fazenda fluminense – cenário do citado romance-, no período imperial. Da análise apresentada, foi possível perceber que aquilo que ficou conhecido como a “família patriarcal brasileira” não deve ser um rótulo que por si só forneça uma explicação ou uma descrição de determinada realidade.

ABSTRACT

This article brings forth several issues suggested by the use of the notion of “Brazilian patriarchal family”. We have taken as a descriptive and analytical basis the novel *O Tronco do Ipê* (1871), written by José de Alencar. The author’s novel can be taken as a expression of a certain moment (1850-57) and of a certain place (Rio de Janeiro’s countryside) in Brazilian society, and used to reflect about the family relationships: the conflicts and social arrangements on a large farm in the state of Rio de Janeiro, where the novel takes place, during the imperial period. The analysis presented here made it possible to realize that what became known simply as the “Brazilian patriarchal family” cannot by itself explain or describe a given reality.

* Doutora em Antropologia Social, Museu Nacional / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

determinado lugar (interior fluminense) da sociedade brasileira – como uma das “obras que tratam de descrever costumes reais através de um prisma ficcionalizado (isto é, costumes reais ou plausíveis, existentes em alguns sistemas sociais, são, entretanto, apresentados pela ótica de um personagem particular [...])” (DAMATTA, 1994:45). Nesse caso, o personagem particular é o narrador que conduz a narrativa, ou seja, o próprio autor, que também foi um ator social naquele período.

O quadro social “ficcionalizado” no romance serviu, em épocas diferentes, a sociólogos e a antropólogos diversos, tais como Gilberto Freyre – que buscou, também no romance, “materiais subsidiários” para escrever, por exemplo, *Casa-Grande e Senzala* [(1933)1996] –, Oliveira Vianna (1974) e Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), entre outros. Enfim, todos eles, de um modo ou de outro, recorreram à literatura para discutirem e colaborarem na constituição da noção de “família patriarcal brasileira”. Assim, a partir da figura do homem que detinha o capital econômico, o dono da propriedade (posição que lhe conferia prestígio), esses intelectuais se referem aos contextos de existência dessa figura, à

sua rede de relações sociais e aos tipos de relações mantidas com cada um dos outros personagens dessa mesma rede: seus pares, seus escravos, suas famílias (nuclear, extensa, parentela), suas amizades.

Usando essas lentes, li o romance e, no presente artigo, exponho algumas questões suscitadas pelo uso da noção de “família patriarcal brasileira”. Para isso, procuro articular a apresentação do romance, seus personagens principais e os eixos narrativos essenciais, com apreciações possíveis de serem realizadas a partir dessa literatura interpretativa disponível e de seus diferentes autores – clássicos e contemporâneos – que se voltaram para questões semelhantes.

A FAZENDA NOSSA SENHORA DO BOQUEIRÃO

O romance tem como cenário principal a fazenda *Nossa Senhora do Boqueirão*, no interior fluminense, entre 1850 e 1857. No narrar dos fatos, o autor remonta a um evento ocorrido em 1839 para explicar os acontecimentos e, principalmente, os comportamentos dos personagens que compõem, nessa mesma época, a trama.

No período de 1850 a 1857, são abordadas as relações entre o dono da fazenda, o Barão da Espera, Dona Júlia, sua esposa, e Alice, sua filha, com um menino a quem o barão *estima como filho* (Mário) e sua mãe (Dona Francisca); estes últimos moram na fazenda desde que o pai/marido, o então herdeiro do antigo dono da fazenda, morreu, em 1839. Além dessa trama, o romance fala da relação desses personagens com o conselheiro Lopes, Dona Luísa, sua esposa, e Adélia, sua filha, com a viúva do antigo dono (Dona Alina) e seu filho (Lúcio), e o compadre da casa (Senhor Domingos Pais), além de outros personagens que aparecem como periféricos na trama, como o vigário e o subdelegado. Ainda fazem parte da história os escravos, “os pretos” e “as pretas”, principalmente, os da casa-grande.

Conforme se lê no romance, em 1839 ocorrera a morte do filho do antigo dono, seguida do falecimento deste último e da passagem da fazenda para o então proprietário.

A fazenda, quando ativa (antes da chegada do narrador), era composta pela *Casa Grande*, como a chamavam os pretos, localizada no alto de uma colina

[de onde tudo se vê], tendo à sua direita a capelinha de Nossa Senhora. Abaixo, em paralelogramo, encontravam-se as fábricas e as casas de lavoura, a habitação dos administradores da fazenda e a senzala. Havia, ainda, na fazenda monjolo, bolandeiro, moinho, serraria, jardim, horta e vários sítios de recreio. No entanto, o narrador chega a esse local quando tudo desapareceu, as terras foram retalhadas e reunidas a outras propriedades.

A gente do lugar, tanto os fazendeiros e ricos, como os simples roceiros e agregados, se preocuparam muito durante algum tempo com o desamparo em que o dono deixava uma fazenda tão fértil e aprazível.

Alguns atribuíam o fato singular às seduções da corte; e protestavam interiormente não casar suas filhas com homens habituados às delícias da Babilônia fluminense.

*Outros, que melhor conheciam o dono da fazenda abandonada, desconfiavam de alguma **questão de família**, e falavam de certas complicações a respeito da herança do antigo proprietário.*

A gente pobre inclinava-se mais à explicação de umas três ou quatro beatas do lugar. Segundo a lição das veneráveis matronas, a causa do desmantelo e ruína da rica propriedade fora o feitiço (p. 6-7).

Assim como o livro pode ser visto em dois períodos que se cruzam, a reflexão também será feita em duas partes. Na primeira, abordo a história-mote do livro que serve para ali explicar os desencontros e encontros do jovem casal, Mário e Alice, enquanto nós, aqui, abordamos as intrigas e as questões familiares e extrafamiliares dessa rede de relações sociais. Na segunda parte, analiso a casa-grande e a fazenda e as relações sociais estabelecidas entre os personagens nesse cenário.

Pequena história do romance:

Esse novo proprietário [o segundo], que era Figueira, o avô de Mário, trouxera vários escravos e entre eles um molecote de nome Benedito, colaço e pajem do filho José. Pelo tempo adiante o mancebo casou-se e retirou-se da fazenda, agastado com o pai; Benedito, que já tinha mais de quarenta anos, era cativo, não pode acompanhar o senhor moço, como lho pedia o coração [e foi morar, com a autorização de seu senhor, em uma cabana mais afastada] (p. 56-57) [...].

O comendador Figueira, apesar de ser homem de sessenta anos e viúvo havia mais de vinte, por um capricho de velho casou-se com uma sobrinha que educara. Esse casamento inesperado alterou as relações entre o pai e o filho; além da **desigualdade da união**, dava-se a circunstância de estar José mal com a prima, a quem tinha em conta de enredeira, e **a acusava de o ter intrigado com o pai**.

Mal haviam decorrido três meses, que a arrogância de D. Alina, orgulhosa com sua **nova posição**, forçou o enteado a retirar-se da casa paterna. Este fato, habilmente explorado pelo gênio intrigante da madrastra, ainda indispsôs o espírito do comendador Figueira contra o filho, a quem chegou a atribuir projetos sinistros a respeito de sua existência.

Levadas as coisas a este ponto, **cessaram completamente as relações de família**.

José Figueira, que até então se empregara exclusivamente no serviço da fazenda aumentando o patrimônio que devia um dia pertencer-lhe como filho único, vítima de sua lealdade, ficou reduzido a ganhar a vida pelo trabalho e a aceitar o auxílio de alguns fazendeiros a quem indignara o procedimento do comendador.

Nestas estreitas circunstâncias lembrou-se o moço que sua mãe devia ter-lhe deixado por legítima uma parte dos bens do casal, na época de seu falecimento. Até então não se preocupara com isso; e nunca durante tantos anos fizera a seu pai a menor alusão a esse respeito. Nem mesmo sabia se haviam feito inventário e partilhas; confiava tudo na honradez proverbial do velho fazendeiro.

A situação porém era outra agora. Estava reduzido à penúria, e tinha não só de sustentar-se com decência, como de prover ao futuro incerto de sua mulher e filho: Mário contava então dois anos; e o pai, muitas vezes embalando o berço do menino para o acalantar, enxugava a furto as lágrimas que lhe rolavam pelas faces e iam umedecer as brancas faixas.

Obteve José Figueira de um fazendeiro, amigo íntimo do pai, o favor de falar-lhe sobre a questão do inventário. O comendador declarou positivamente que, na ocasião do falecimento de sua primeira mulher, ele não possuía mais do que dívidas, pagas depois com os lucros das colheitas. Se o filho duvidava disso, lhe pusesse **demanda**, que havia de provar em juízo o que dizia.

Concluiu pedindo ao amigo que não lhe falasse mais do filho ingrato, ao qual ele já fazia muito em não deserdar. O comendador não falava certamente da deserdação solene por testamento, nos casos da lei, mas desse meio indireto de que usam muitos pais, colocando simuladamente os bens em nome de terceiro.

D. Alina por muitas vezes tinha insistido na necessidade de tomar essa medida; seus esforços haviam redobrado desde que dera à luz um menino, mais velho um ano e meio que Mário. O comendador porém resistia; **a voz do**

sangue apesar de tudo ainda repercutia em seu coração.

Sabia-se geralmente pelas murmurações dos escravos o que a este respeito ocorria na Casa Grande, e referiram-se até, com todas as particularidades, às altercações violentas que havia freqüentemente entre marido e mulher. O comendador estava sofrendo a punição da leviandade de seu casamento.

José Figueira continuava a viver pobremente, trabalhando com o próprio braço. Graças a seu gênio laborioso, à sua calma perseverança, e ao auxílio de um fazendeiro generoso que emprestou-lhe dez contos de réis, tinha esperança de criar ao cabo de alguns anos a abastança para a família e de garantir o futuro (p. 82-83) [...].

Estava José Figueira a trabalhar de foice na sua roça, quando chegou de casa a notícia de achar-se doente e muito mal o comendador.

Ouvindo essa notícia, o filho tudo esqueceu para lembrar-se unicamente que o enfermo era seu pai. Correu a casa, e montando a cavalo dirigiu-se para a fazenda Nossa Senhora do Boqueirão, que distava cerca de três léguas. Ao aproximar-se, porém, o impulso que o trouxera ia-se desvanecendo [...].

– Ele pensará que vim trazido pelo interesse.

Nisto Benedito, que o avistara da cabana, corria para ele com as maiores demonstrações de alegria. O preto conservava pelo senhor moço a mesma ardente afeição; e não se passava semana que ele não fosse duas vezes pelo menos visitá-lo em casa, e levar um cesto de frutas, um molho de canas, ou qualquer outra coisa para Mário, a quem apenas começavam a despontar as presas [...].

– Vossemecê vai lá?

– Não! Disse José Figueira. Vinha com essa intenção, mas tenho medo que ele se zangue por me ver e piore.

Apenas o senhor moço afastou-se, Benedito foi à Casa Grande tomar a bênção ao comendador e saber como ele ia. Encostado no braço da cama do enfermo espreitou o momento favorável para contar-lhe o que ocorrera naquela manhã. D. Alina, que desconfiava do preto, veio interrompê-los; mas o enfermo comovido teve tempo de murmurar ao ouvido do escravo fiel:

– Dize a ele que venha abraçar-me... (p. 87-88).

Então José Figueira, a partir dessa noite, passou a visitá-lo em segredo.

Infelizmente, voltando de uma delas, na noite de 15 de janeiro de 1839, José Figueira errou o caminho e precipitou-se no Boqueirão. Ao choque produzido pela notícia de semelhante desgraça, o comendador que estava agonizante não pôde resistir e expirou, tendo sobrevivido ao filho apenas dois dias em que não deu acordo de si (p. 88).

Descobriu-se então que o comendador estava na miséria, tudo estava hipotecado, ele estava cheio de dívidas, tendo como maior credor Joaquim de Freitas.

Joaquim de Freitas era filho de um simples administrador de fazenda; na idade de treze anos ficara órfão e em extrema pobreza. Seu pai o tinha posto em um colégio em Vassouras, onde ia desenvolvendo o talento natural, e adquirindo instrução notável para seus anos.

No colégio muito se afeiçoara por ele outro menino, filho do comendador Figueira, o mais rico fazendeiro daquela redondeza, então proprietário do Boqueirão.

Esse fazendeiro respeitável, sabedor do desamparo em que ficara o menino,

e da amizade que lhe tinha o seu José, tornou-se protetor do órfão; e à sua custa o manteve no colégio até a idade de 18 anos. [...] Com a proteção do comendador e do filho, pode Freitas ajuntar módica soma, que lhe serviu para estabelecer na vila uma pequena casa de negócio, dirigida por um moço português. Quanto a ele, a amizade com José Figueira o retinha na fazenda, ou em passeios pela vizinhança e pela corte [...] Figueira casou-se aos 26 anos. [...] Freitas pensou também no casamento; mas para ele, moço pobre, o casamento era toda a esperança, todo o futuro; era a riqueza tão ardentemente ambicionada (p. 79-80) [...].

Joaquim de Freitas, logo após se liquidar a sucessão do comendador Figueira, toma posse da fazenda, e pode-se, enfim, casar-se com D. Júlia (filha de uma viúva pobre, tendo de seu apenas a Chica, preta que lhe servira de ama – e que na fazenda casa-se com o preto Benedito. Júlia, da mesma forma que Freitas, depositara toda a esperança no casamento; também para ela o sonho dourado da juventude fora o dote). [...] Mas todo essa trama laboriosamente urdido para colher um dote, a moça não era senão o instrumento de D. Isabel, que a movia como a um autômato. [...] D. Isabel nutriu e acalentou o coração da moça, como tinha feito outrora à criancinha de colo; e por isso Júlia amava quando, como e a quem a velha desejava (p. 85-88).

O enriquecimento rápido do Sr. Freitas é comentado por todos. A viúva do comendador, D. Alina, na pobreza, diz que o comendador foi roubado. Freitas, já de posse da fazenda, traz Mário e sua mãe para morarem nela, na casa do antigo administrador e dá dinheiro e

alimentos para a viúva, D. Alina. Com essas ações ele ganha reputação de bom, generoso e filantropo porque, ainda, ajuda as vítimas da enchente anual do Paraíba. Depois de um determinado tempo, compra o título de Barão da Espera, com a doação de 12 contos de réis para o hospício de Pedro II. Sua riqueza e importância criaram-lhe invejosos inimigos. Um fato interessante é que logo após a morte de José Figueira, Joaquim de Freitas aparece com o dedo índice da mão direita quebrado, apontando em sentido inverso.

Em 1857, Benedito revela a Mário a história que presenciou, sobre a morte de seu pai:

Essa D. Alina, que sempre foi uma branca arrenegada, fez que o velho ficasse mal com o filho; e então o velho para lhe fazer a vontade, que era não deixar nem um fiapo a meu senhor moço, começou dever mundos e fundos a seus amigos... [...]

– Isso mesmo! Mas era de mentira e só no papel, para tomarem o que o velho deixasse, e depois darem às escondidas à tal mulherzinha da carepa, que tinha arranjado toda tramóia; mas saiu a coisa às avessas, porque o velho arrependeu-se, fazendo as pazes com meu senhor moço, e tomou tanta birra da espevitada que até desconfiou que o filho dela, esse boneco do Lúcio, não era filho dele; e não houve quem lhe tirasse mais isso do juízo.

Foi então que se lembrou de passar todos aqueles papéis das dívidas de mentira...E passou todos, dos outros, para Sr. Joaquim de Freitas, porque como ele era muito amigo, unha com carne, de meu senhor moço, a coisa ficava segura. Mas o velho que não cochilava, quis sempre

que ele escrevesse no papel, para a todo tempo saber. [...] [Então na noite de 15 de janeiro de 1839] enxerguei meu senhor moço, que vinha a cavalo, e o cavalo entrou n'água, e caminhava, caminhava, e ele com a cabeça baixa, pensando, não dava fé! De repente o cavalo sumiu-se; e o corpo de meu senhor moço rodou no redemoinho.

Eu estava em pé lá em cima, arrancando as pedras com as mãos, de desespero, e não podia gritar. O Sr. Joaquim de Freitas estava aqui e viu quando passava o corpo e estendeu o braço para segurar. Meu senhor então agarrou a mão dele, e batalhou para alcançar esta pedra. Mas ele...[...] ele arrancou a mão! [...] aquele dedo que ele tem quebrado...[...] Sr. Freitas... dizia Benedito; nunca ele soube que eu tinha visto, mas desconfiava, até que um dia... Era de tarde; nhanhã Alice estava brincando com seu carrinho dela, e veio nhonhô e tomou o carrinho. Nhanhã pôs-se a chorar e foi fazer queixa ao pai. Então eu disse: "E ela não tomou tudo que tinha de ser dele?". Senhor entendeu: "o que é de um é de outro: eu prometi a Deus fazer esse casamento, Benedito!" (p. 315-318).

[...] Depois de várias tentativas de persuadir Mário a casar-se com sua filha Alice, o barão se atira no Boqueirão, com o intuito de matar-se e assim ter fim o que se interpõe entre o casal, mas Mário o retira de lá, com a ajuda de Benedito. Benedito entrega a Mário uma carta que o barão havia deixado para ele, juntamente com seu testamento, mas Mário joga ao fogo. O barão pede novamente que Mário se case com Alice, ele diz que não e o barão diz que vai se matar e pede segredo a Alice. Nesse momento Alice chega e percebe ambos molhados. Mário diz a ela que tentou se

matar e seu pai o salvou. Mário e Alice se casam na capela do Boqueirão e vão morar na corte (p. 327-338).

FAMÍLIAS E INTRIGAS

Nesta história, vemos narrados, como ficção, temas que se constituíram como pilares fundamentais para a antropologia e para a sociologia, tais como: parentesco e compadrio, pertencimento, redes e hierarquias sociais, conflitos. Dentro disso, alguns pontos devem ser destacados com a leitura do romance. Começo a desenredar essa teia pelo enredo de 1839.

Por um lado, têm-se as relações dentro da família Figueira; por outro, entre duas famílias, compostas por dois pares de pai e filho, de posições sociais distintas – o rico comendador Figueira e seu filho José, e o administrador da fazenda, Freitas, e seu filho Joaquim. A ligação dessas famílias ocorre quando o filho do administrador fica órfão e os dois jovens (13 e 16 anos) unem-se pela amizade e pela proteção de Joaquim Freitas, o jovem órfão, assumida pelo comendador Figueira.

As duas famílias têm como ponto central da rede de relações sociais o comendador Figueira, grande proprietário de terra e de escravos.³ Este tem ainda qualificada, na proteção ao órfão e no casamento com uma sobrinha, sua posição de "patriarca", na acepção de Freyre (1996). Ao mesmo tempo em que expande a rede de poder e de prestígio por meio do órfão, mantém o controle de sua propriedade mediante o casamento endogâmico.

O casamento, para os membros de ambas as famílias assim como para a sobrinha do comendador e para o jovem Freitas, é visto como uma estratégia de ascensão social.

Mediante essa união é que Dona Alina adquire uma nova posição social, passando de sobrinha e prima a esposa e madrasta. Freitas, num primeiro momento, deixa de se casar com aquela por quem tem afeição, porque o casamento é a estratégia de ambos para ascenderem socialmente.

No caso do comendador, o casamento endogâmico, ao invés de reforçar e manter a união e a riqueza da família, conduz ao desmantelamento da família extensa pela ruptura, por meio da *intriga*, na

relação pai e filho, dando lugar a duas novas famílias nucleares de condições econômicas distintas – uma, o comendador, sua nova esposa Dona Alina e seu filho Lúcio; outra, José Figueira, o filho do comendador, sua esposa Dona Francisca e seu filho Mário – visto que José Figueira fora “deserdado”, em função da passagem dos bens do comendador a terceiros, a amigos, os quais deveriam restituir a fazenda a Dona Alina e a seu filho Lúcio, após a morte do comendador. No entanto, juntamente com o desarranjo da família do comendador, vê-se ruir a riqueza (as terras e os bens), passando para as mãos de Freitas.

Nas relações familiares, vemos a *intriga*⁴ surgir e trazer o rompimento desses vínculos de parentesco; intriga esta geradora do conflito instaurado numa relação por meio das fofocas depreciativas de outros⁵, como a que toma corpo entre o filho do comendador e este, feita pela prima, Dona Alina – agora mulher de seu pai –, de quem José Figueira se tornara inimigo. Pelo casamento, Dona Alina e José Figueira aproximam-se na hierarquia social. Através da intriga Dona Alina passa a disputar com o filho do comendador sua herança – a propriedade e a posição. Quando José Figueira sai da casa-grande e passa a evitar o pai e, principalmente, Dona Alina, esta ganha, pelo menos momentaneamente, a disputa. A utilização de mediadores entre José Figueira e o pai não põe fim ao conflito – somente existente quando há relação social – mas afasta uma contenda.

Posteriormente, com a morte de José Figueira e do comendador, continua o conflito latente entre Dona Alina e o filho dele, Mário. Dessa maneira, é possível definir a *intriga* como a situação social na qual existe um conflito, mas passível de se obter paz por meio da *evitação*, pois não há contenda propriamente dita.⁶

Nesse momento, opera-se, ao mesmo tempo, uma outra ruptura: a da amizade dos Freitas e Figueira, tendo aqui também como causa uma mulher, Dona Júlia, por quem Freitas (o protegido do comendador, desde criança) se apaixonara, mas que pretendia somente se casar com um homem rico, enquanto ele próprio também visava a uma mulher de posição social superior. Esse rompimento dá-se, então, com uma traição, visto que o comendador Figueira, ao ficar doente, reconciliara-se com o filho – por intermédio

de um escravo – e resolvera restituir a ele, quando morresse, a fazenda, através de Freitas.

No entanto, José Figueira morre, o que ocorre também, logo em seguida, a seu pai. Freitas, ao invés de entregar a fazenda a Mário, filho de José Figueira, opera sua ascensão social apoderando-se da fazenda, tornando-se seu proprietário. Dessa maneira, casa-se com Dona Júlia e inicia sua família nuclear.

Tem-se, enfim, tanto um conflito dentro da família, que conduz ao estabelecimento das duas famílias nucleares, como uma briga entre famílias, Freitas e Figueira.⁷

Nesse momento, há uma inversão da situação de posição social. Freitas, de protegido do comendador Figueira, passa a protetor do seu neto (Mário), levando o menino e sua mãe para morarem na casa do antigo administrador da fazenda e passando a suprir, ao mesmo tempo, Dona Alina e seu filho Lúcio com dinheiro e alimentos. Por outro lado, obtém o título de barão, com a doação de dinheiro para uma obra da corte e estabelece uma relação de mútuo compadrio com um conselheiro.

Freitas, que fora protegido de um “patriarca”, assume agora, ele próprio, essa posição, estando no topo da hierarquia. O que o qualifica na figura de “patriarca” são relações recíprocas de protetor e de padrinho, ao manter sob seu “teto” mulheres, protegidos e afilhados. Nesse sentido, como aponta Oliveira Vianna (1974), há uma divisão entre os afilhados e os protegidos, sendo os primeiros (“parentes”) ligados ao “patriarca da família”, nesse caso ao barão, por afinidade religiosa e os segundos, por adoção. Estes são as “crias”, isto é, criados pelo barão. Além disso, o fato de as mulheres serem sustentadas por Freitas expressa a submissão delas a ele. No entanto, essa submissão não é total, pois é através delas que se operam as rupturas – seja pela intriga, seja pelo casamento – e também as uniões, como o matrimônio de Alice e Mário, ao final do romance, que se efetiva pela vontade e pelo esforço da jovem.

A relação entre as famílias só se estabelece em certa igualdade com o casamento de Mário e Alice (filha de Freitas). Dessa maneira, ambas as famílias tornam-se detentoras da fazenda (que é abandonada) e vão para a corte, onde é possível cessar o conflito. A ligação com a corte e a desvinculação da fazenda

deram os seus primeiros passos quando Mário foi estudar na corte por desejo do barão. Enquanto está lá, fica órfão; posteriormente, dá continuidade aos seus estudos em Paris, tornando-se bacharel e rompendo, de certa maneira, a sua ligação com a terra.

Por outro lado, para esse estabelecimento na corte tem papel importante a filha do conselheiro (representante da corte), que casa com Lúcio (o filho do comendador Figueira com sua sobrinha Dona Alina) com o dote dado pelo padrinho dela, o barão Freitas. Desse modo, há também a assunção da corte sobre a casa-grande e a fazenda.

Um dos debates suscitados a partir da noção de “família patriarcal brasileira” é a própria definição de família. Venho tratando desse tema até o momento sem maiores delimitações. O autor do romance utiliza o termo “família” para, quase que invariavelmente, referir-se à família nuclear. Só uma vez o utiliza no sentido de família extensa, quando fala das relações de família que cessaram, como vimos aqui. Utiliza, ainda, o termo parentela para designar o conjunto de parentes.

Os termos *família extensa* e *parentela* assemelham-se ao que aponta Queiroz (1976). O primeiro refere-se a “várias gerações de famílias conjugais ou nucleares residindo juntas sob o mesmo teto” e o segundo, a “um núcleo bastante extenso de indivíduos unidos por parentesco de sangue, formado por várias famílias nucleares, regra geral economicamente independentes, vivendo cada qual em sua morada”.

Felizmente um primo do barão, que se considerava a língua de prata do lugar, tinha-se levantado na outra ponta da mesa para propor a saúde de seu nobre parente; e na forma do costume desfiava imperturbável a própria biografia, com exórdio obrigado da apologia do chefe e protetor de toda a parentela (p. 276).

A CASA GRANDE E A FAZENDA

Completada pela senzala, [a Casa-Grande] representa todo um sistema econômico, social e político: de produção

(a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo). Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e as viúvas, recolhendo órfãos (FREYRE, 1996: liii)

No romance, o que eram a *Casa Grande* e a fazenda? Como eram estabelecidas as relações sociais nesses espaços? E quais seriam elas?

Na leitura de *O Tronco do Ipê*, é mais apropriado falar de casa-grande e fazenda do que falar de casa-grande e senzala (FREYRE, 1996), remetendo, dessa forma, à grande propriedade que abarca tanto a casa-grande como a senzala e outras construções, além de moradores ali existentes. Quando José de Alencar descreve a fazenda, o que ele expressa assemelha-se ao que Oliveira Vianna (1974) denomina “clã feudal”, uma estrutura hierarquizada, na qual se tem o senhor ou o proprietário ocupando o topo e onde as relações da “população” residente em seu domínio se dão para a defesa da propriedade ou pelo prestígio do senhor ou proprietário.

No romance, o nome da fazenda – Nossa Senhora do Boqueirão – alude ao local no qual se sucediam os infortúnios, as mortes por afogamento no lago devido a existência de um redemoinho.

Já quando fala da *Casa Grande*, refere-se à casa do barão e às pessoas que ali residiam e/ou a freqüentavam intensamente, mantendo laços diversos de parentesco (casamento, religioso, afinidade, adoção) com o barão, expressando o que Oliveira Vianna (1974) denominou o “complexo da família senhorial”, que se revela no “clã parental”, em casos de luta de famílias e eventos, como comemorações diversas, festas

de Natal e outras, como veremos a seguir.⁸

A casa-grande e a fazenda estavam relacionadas em oposição à corte, mas dela necessitavam em diversas circunstâncias. A corte era o grande centro comercial e político – nela estavam os governantes – e, como Paris (considerada a grande metrópole), também o local de estudos. A corte, ao mesmo tempo em que fascinava alguns, causava medo a outros, pois era comparada ao vício – as pessoas poderiam sucumbir “às seduções da corte”, onde estavam “os homens habituados às delícias da Babilônia fluminense”.

– Eis aqui um negócio que me está dando que fazer!...disse a Excelência voltando-se para mostrar certo papel.

– Alguma complicação? Perguntou Lopes quebrando na ponta do botim a cinza do charuto.

– um fazendeiro do sul da província, o Joaquim Freitas, que deseja ser barão...

[...] É a primeira influência eleitoral do colégio; além disso deu doze contos de réis para as obras do Hospício. Mas o homem embirrou! A princípio não queria dar mais do que uma comenda; por fim, como já se tinha recebido o dinheiro e podia haver um escândalo, consentiu no baronato; porém não aparece nome que sirva. Já corremos todos os santos da folhinha, e todos os rios da província...O Freitas insiste por Barão do Socorro; mas eu já me contentava em fazê-lo barão de qualquer coisa. Há dois meses que estou nesta lida.

– Tive agora uma idéia, Excelentíssimo. Proponha Barão da Espera, disse Lopes com um sorriso prismático.

[...].

Lendo o consta-nos do Jornal do Comércio, Freitas ficara desesperado; e veio à Corte resolvido a renunciar ao título e reclamar seu dinheiro. Afinal pode obter uma audiência do ministro, e expor-lhe sua pretensão de ver corrigido

o engano, ou desfeito o trato e restituído o preço.

[...].

O ministro porém provou-lhe que ele estava muito atrasado em política.

– Meu caro senhor Freitas, como seu amigo que me prezo de ser devo usar de toda a franqueza. O senhor labora em um engano, quando supõe que o governo vende títulos, e que pelo fato de dar doze contos de réis, qualquer tem direito a ser barão.

– Mas, senhor conselheiro, foi o que me disseram!

– Iludiram-no. Dando doze contos de réis o cidadão presta um serviço e fica habilitado a ser remunerado com uma graça. Essa graça pode ser um hábito, uma comenda ou um título, do nome que aprouver ao governo, o qual não recebe condições. O senhor desejava ser Barão do Socorro. Sua Majestade entendeu em sua sabedoria que devia fazê-lo Barão da Espera. Tome o meu conselho; vá agradecer-lhe, e não se ocupe mais com isso. Não é bom reviver certas coisas!...

O ministro concluiu com um sorriso misterioso, apertando a mão do Freitas:

– Entende-me?

– Não, Excelentíssimo, não entendo!

– Ora?... Conhece o conselheiro Lopes? Ele falou-me em certos boatos... calúnias bem sei! Mas em todo caso o melhor é deixar esquecer estas coisas.

O novo barão saiu lívido de cólera sem dúvida ou de indignação; mas não deu andamento à sua reclamação.

Dias depois um amigo a seu pedido o apresentou ao conselheiro Lopes; e tal simpatia sentiram mutuamente, que se tornaram íntimos, e se uniram espiritualmente pelos laços de um mútuo compadresco (p. 97-101).

[...] Tratando-se do projeto de concluir

os preparatórios na corte, pediu ele para partir imediatamente [...] (p. 165). Tendo-se incumbido do futuro do menino, o barão lembrou-se de mandá-lo à Europa, a fim de concluir seus estudos em um colégio francês [...] Tendo obtido o bacharelado em engenharia, como três anos antes o obtivera em letras, Mário regressou afinal ao Brasil, depois de uma ausência de cerca de sete anos (p. 259-264).

– Que me dizem do nosso novo doutor? Perguntou o fazendeiro com certa bonanchice que animava a franqueza. [...].

– Como todos os nossos moços que vão a Paris, respondeu Lopes com manifesto desdém. As viagens à Europa, é minha opinião, só podem aproveitar a homens de experiência capazes de observar. Como nós, barão.

[...] Mas também não se pode negar que na nossa Escola Militar essa carta custaria menos tempo e menos dinheiro.

– Lá isso é o menos! Atalhou o barão com indiferença.

– Concordo com o senhor conselheiro, disse um lavrador abastado. Filho meu não põe o pé em Paris; o que eles vão lá aprender é a gastar dinheiro e não fazer caso dos pais (p. 229-230).

A corte e a casa-grande/fazenda opunham-se pelos seus estilos de vida: esta última era a roça, a representação do grosseiro e do atraso; aquela, apresentando-se sob a influência de Paris, representava a polidez, a cortesia e a moda.

[...] estes meninos da roça são mesmo assim. Está que na corte a gente não vê destas coisas. Meninos tão bem ensinadinhos, que é um gosto! [sobre o comportamento de Mário, irônico e brabo] (p. 15).

Adélia e a colega de Eufrosina, a mucama cortesã, riam-se conforme a moda, com esses ritornelos que tornam a gargalhada da gente do tom de uma espécie de peça musical, uma cavatina ou valsa. Elas tinham imitado essa prenda de D. Luísa, a mãe de Adélia (p. 27).

– É verdade!... disse Adélia erguendo-se. Mas acredita, Alice, já não se usam esses enfeites de papel; na corte não se vê mais disso em uma sala do tom. Agora há umas rosas de cristal, que são lindas!...

– Não estamos na corte, minha faceira, mas na fazenda; e também temos cá nossas modas (p. 183).

Embora estejam em oposição, ambas se encontram e se influenciam mutuamente. Mas, como vimos ao final do romance, a corte teve sua assunção sobre a casa-grande e a fazenda.

SOCIABILIDADE E ALIANÇAS MATRIMONIAIS E POLÍTICAS NA CASA GRANDE E NA FAZENDA

Na tarde de 15 de janeiro de 1850 encontrava-se na casa grande: A Baronesa (D. Júlia); D. Luísa, estrela do Cassino, mãe de Adélia, esposa do conselheiro; D. Alina, viúva do comendador, antigo dono da fazenda, que veio passar umas semanas ali e D. Francisca, mãe de Mário, viúva de José de Freitas – o filho do comendador. Na varanda, o barão, o conselheiro Lopes – político que trabalhava com o ministro e que fez os papéis do título de Barão de Freitas e compadre do Barão, pelo batismo mútuo de suas filhas. Ainda estavam na casa alguns hóspedes do Barão: entre esses, o padre Carneiro – vigário da freguesia; capitão Tibúrcio – subdelegado vitalício do domínio conservador e o compadre da casa, Sr. Domingos Pais (p. 93-98).

Em *O Tronco do Ipê*, abundavam na *Casa Grande* e na fazenda relações com densa sociabilidade, onde diversas pessoas se encontravam, principalmente para festas e comemorações. Os encontros se davam, fundamentalmente, entre famílias nucleares compostas por três membros (o barão, sua esposa e filha; o conselheiro, sua esposa e filha), e aquelas compostas por dois membros (Dona Francisca e seu filho; Dona Alina e seu filho), personagens isolados, sem pessoas de suas próprias famílias nucleares (o compadre da casa, o vigário, o subdelegado) e os escravos (o casal que mora afastado, as mucamas, as pretas da cozinha e o pajem).

Nessas festas, convidando as famílias vizinhas, o barão pode demonstrar sua riqueza e sua posição social, oferecendo banquetes a todos e, dessa maneira, mantém e reforça seu prestígio.

[Uma semana após Mário ter salvado Alice de seu afogamento no Boqueirão], para dar expansão a seu regozijo, o barão improvisara um suntuoso banquete e convidara as famílias dos fazendeiros da vizinhança (p. 151). [...] o conselheiro Lopes devia comemorar em um discurso arrebatador o acontecimento, que dera motivo à festa. O vigário preparara um soneto e umas quadrinhas, para recitar na sobremesa, quando fizesse a saúde do herói. O Sr. Domingos Pais fora incumbido de começar com força os hips que de ordinário os convivas por acanhamento não se animavam a soltar, senão depois de eletrizados (p. 163-164).

Cabe observar que em cada uma das duas famílias nucleares, compostas por três membros e apresentadas no romance, há apenas um único descendente: uma filha mulher (Alice e Adélia); e as duas famílias compostas pelos pares mãe e filho têm filhos únicos, que se casam com aquelas filhas mulheres (Mário e Alice, Lúcio e Adélia). Desta maneira, há um entrelaçamento de todas as famílias, que se complementam e têm como figura pública dois homens – o barão e o conselheiro –, que representam, respectivamente,

a casa-grande/ fazenda e a corte.

O conselheiro, sua esposa, sua filha e a mucama desta personificam a corte, não apenas pelo local de morada, mas, pelos seus gostos e estilo de vida e por terem, aí, o seu espaço de atuação: o conselheiro em sua função política e sua esposa como a “estrela do Cassino”. Esta família, ao mesmo tempo em que se une, opõe-se ao barão, à sua esposa, à sua filha e à mucama desta, que representam a roça e a propriedade.

Alice era a menina brasileira, a moça criada no seio da família, desde muito cedo habituada à lida doméstica e preparada para ser uma perfeita dona de casa. A baronesa não se preocupava com a educação da filha, mas tal era a força do costume, que a moça achou nas tradições e hábitos da casa o molde onde se formou a sua atividade. [...] Adélia ao contrário era o tipo raro então, e hoje muito comum, de certos costumes de importação; era a mocinha de maneiras arrebitadas à francesa, cuidando unicamente de modas e do toucador. Nisso a filha de D. Luísa não fizera mais do que apurar a lição de sua mãe (p. 187-188).

A aliança entre as duas famílias – a do barão e a do conselheiro – é feita, primeiramente, pelo batismo recíproco de suas filhas. Nesse sentido, a influência deste espalha-se para além da própria fazenda, chegando à corte, remetendo ao que aponta Oliveira Vianna (1974) sobre esta questão, e aquele constrói na fazenda a sua base eleitoral. Unem-se ainda, em certa medida, pelo casamento de Adélia com Lúcio, mesmo contra a vontade das respectivas mães, por meio do dote dado pelo barão à sua afilhada. Mediante as alianças matrimoniais, ao final, todas as famílias nucleares encontram-se enlaçadas na trama e os personagens que não aparecem com as suas famílias nucleares seguem o próprio rumo.

A casa-grande era o local no qual os adultos tratavam de alianças, tanto matrimoniais quanto po-

líticas. As alianças matrimoniais eram tramadas pelas mulheres, envolvendo os homens, mas estes davam a palavra final, como no caso em que o barão casou sua filha com Mário e sua afilhada com Lúcio, mesmo contra a vontade de suas mães. Isto demonstra, como apontam diversos autores (WILLEMS, 1953; QUEIROZ, 1976; FREYRE, 1996, entre outros), a importância do casamento como estratégia; seja para manter as terras e reforçar a propriedade – como no esperado casamento entre Frederico (o filho do segundo proprietário de terra mais rico da região) e Alice e no efetivo casamento do comendador Figueira com sua sobrinha Dona Alina – seja para ascender pela ligação à terra – como o desejado casamento de Lúcio e Alice e o casamento ocorrido entre o comendador Freitas e Dona Júlia – seja, ainda, para unir ao poder e ao prestígio da terra aqueles advindos da política – caso do almejado casamento de Frederico e Adélia.

Junto ao piano, D. Luísa tinha com D. Alina uma conversa muito interessante para ambas; pois versava a respeito de Adélia e de Lúcio. As duas mães suspeitavam que havia entre eles uma afeição nascente que as contrariava, pois a viúva sonhava para seu filho a mão de Alice, assim como a mulher do conselheiro deitava os olhos sobre Frederico, que achava um genro muito do seu gosto [já que era o filho do fazendeiro mais rico da região depois do barão] (p. 179).

Aproveitando-se da confusão, o conselheiro se deixara ficar atrás com D. Alina que lhe disse algumas palavras entrecortadas de reticências e banalidades trazidas pelo receio de que a escutassem.

– Já reparou na Alice?... É preciso que o barão ponha cobro a isso; ele faz todas as vontades à filha; e quando menos se pensar, está a menina casada com o Mário.

– Acredita nisso, D. Alina?

– Pelo jeito que vão tomando as coisas...

– Não tenha receio.

– Em todo caso a gente não se deve descuidar.

– O senhor é meu advogado...

– Sem dúvida!

– Que prazer não teria eu se no mesmo dia se fizessem aqui dois casamentos, o de meu Lúcio com a Alice, e o de sua Adélia com o Frederico! Mas se por infelicidade um desmanchar-se...

– Entendo, D. Alina! Disse o conselheiro com um sorriso (p. 249).

[No gabinete do senhor barão, o comendador Matos o procura]

– Pois, meu amigo, já que tocamos no ponto, vou dizer-lhe o que me trouxe hoje aqui. O Frederico parece que está caído pela filha do conselheiro; portanto é preciso que decida sobre a Alice. Eu cá prefiro o sólido; mas isso de rapazes...

– Eu pensava que era coisa já decidida.

– O que, homem?

– O noivo de Alice é Mário.

– Hanh!... bem me dizia a D. Alina. Leva um bom dote o maganão; mas enfim...

– Acabe! Exigiu o barão franzindo o sobrolho.

Perturbado, o comendador buscou disfarçar a sua malícia, com uma pilhéria, afogada como de costume em um gargarejo de riso grosso e gutural.

– Mas enfim... tocou-me o conselheiro, que me há de fazer visconde da primeira fornada e antes disso não me pilha a legítima o rapaz (p. 324).

[Cabe mencionar que a filha do conselheiro casou-se com Lúcio, filho de D. Alina, depois que o barão] dotou em cinqüenta contos de réis a Adélia, sua afilhada. Foi um pedido de Alice, a quem Mário inspira essa idéia, como compensação da herança de que o velho comendador Figueira privara o filho de D. Alina [...].

Do Frederico [filho do comendador Matos] sabemos que veio a casar-se com uma prima roceira; e foi a Paris para despicar-se de Adélia (p. 339-340).

Se havia uma predominância de assuntos pertinentes aos homens, esta incorria sobre a política; e se os casamentos eram um dos temas prediletos para conversação das mulheres, era nos momentos de sociabilidade que homens e mulheres juntos jogavam, conversavam, isto é, interagiam, criando circuitos de trocas, experiências e subjetividades. A sociabilidade pode ser entendida como a forma lúdica da socialização e, nesse local e nessa época, ainda estava fortemente vinculada ao âmbito doméstico, entre a família e a vizinhança (SIMMEL, 1991; ARIËS, 1981).

– *Compadre!* [disse a baronesa]
– *Que ordena, Exa? Acudiu Domingos Pais açodado.*
– *Prepare o gamão! Disse a baronesa com a maior pachorra.*
Em um momento o compadre arranjou o tabuleiro sobre a mesa, e de pé, ao lado com o copo de marfim em punho, chocalhando os dados, esperou que a baronesa lhe fizesse a honra de dar o costumado capote.
– *Às ordens de V. Exa.* (p. 110).

Uma das questões levantadas por autores como Freyre (1996), Azevedo (1948) e outros é a da submissão das mulheres aos homens, em suas interações cotidianas, uma característica que reforçaria a noção de que o homem era o “patriarca”. No romance aqui apreciado, no entanto, as mulheres não são vistas submetendo-se sempre aos homens, mas sim, por vezes, os homens aparecem curvando-se diante das mulheres. Uma das interações mais expressivas dessa relação é a do barão com sua filha Alice. Esta, por exemplo, aparece tendo uma grande influência sobre o pai, descumprindo suas ordens, ao concretizar o casamento com Mário. Na relação entre pai e filha, há uma tensão que se expressa, também, quando Alice descumpra as ordens de seu pai, vai ao Boqueirão, afoga-se e quase morre, sendo salva por Mário. Nessa

ocasião, o barão retribui a dádiva alcançada – a salvação da filha –, oferecendo um grande banquete aos amigos, vizinhos e parentes, uma semana após o ocorrido.⁹ Comemora, dessa maneira, o restabelecimento da moça e demonstra sua posição e prestígio.

[Alice vai ao Boqueirão escondida, pois] *obter a realização desse desejo da condescendência dos que a acompanhavam era coisa em que nem pensava. Conhecia as ordens severas de seu pai; e sabia como eram respeitadas e obedecidas* (p. 65).

Essa influência também é percebida pelos outros personagens. Desse modo, por exemplo, é que Mário, em seu intuito de vingar-se do barão, o faz através de Alice, levando-a a sofrer e a chorar, ao tratá-la com rispidez e frieza. E o conselheiro a tem como trunfo do colégio eleitoral, conforme referido anteriormente.

A casa-grande e a fazenda eram ainda os lugares nos quais as alianças estabelecidas eram reafirmadas, como as de compadrio e de proteção, em suas diversas variações, pois cada compadre, segundo o livro, tinha um papel específico, para além daquele de ser padrinho de alguém. Segundo a definição de compadre dada pelo próprio autor do romance, este seria um cargo, *que existe em quase todas as casas de ricos fazendeiros, é um apêndice da família.*

Um compadre não é parente, nem hóspede, nem criado, mas participa dessas três posições; é um ente maleável que se presta a todas as feições e toma o aspecto que apraz ao dono da casa; é um apêndice da família da qual ele se incumbem de suprir quaisquer lacunas, e de apregoar as grandezas.

Há na casa outros compadres, mas são conhecidos por seu nome: o compadre por excelência, o compadre da família, aquele que não precisa de outro qualificativo, é ele, o homem de todas as ocasiões, o comensal efetivo, pronto para conversar, andar, jogar e comer,

conforme a veneta do protetor a quem anexou-se.

O compadre, além da família a que se agrega, tem uma família própria, mas esta só serve para formar os pimpolhos que dão lugar ao compadresco, e para exercitar a paciência indispensável ao bom desempenho de seu emprego. Como chefe de família, sua missão pois não é criar filhos, mas unicamente fabricar afilhados (p. 161-162).

[...]

Como o barão se mudasse de vez para a corte a fim de estar junto da filha, ficou o insigne compadre, o Sr. Domingos Pais, avulso por algum tempo. Mas descobriu que ainda tinha um filho por crismar, embora já lhe apontasse a barba; e por meio dele se uniu espiritualmente ao Matos.

*Os dois se consolavam mutuamente: o Matos, do logro que sofrera perdendo um genro conselheiro que devia fazê-lo visconde; o Domingos Pais, do descrédito do seu honroso título, **rebaixado de compadre de um barão a compadre de um simples comendador*** (p. 340).

O compadre, muitas vezes, é visto como aquele elemento de fora que se solidarizaria com o senhor da propriedade, como sugere Oliveira Vianna (1974). Autores como ele, Freyre (1996) e Queiroz (1976) apontaram sempre uma relação unilateral, na qual o compadre, por “interesses diversos”, se aliaria ao grande proprietário. No entanto, em *O tronco do Ipê* essa relação é interpretada como bilateral, com diferentes trocas, dependendo da posição social do compadre. No caso do barão e do conselheiro, o primeiro seria a influência eleitoral do segundo, e o segundo, o elemento pelo qual se espraariam o prestígio e o alcance das redes sociais do barão em relação à corte.

Já no caso do barão e no do sr. Domingos Pais, aquele teria neste um “pau pra toda obra”, isto é, um homem à sua disposição para atividades das quais

o próprio barão não participaria, como os jogos, ou que o representaria perante os escravos. Por exemplo, quando vai à cozinha, informa-se da situação de algum escravo ou fala para eles em nome do barão. O sr. Domingos Pais, por seu turno, obteria do barão privilégios que de outra forma não teria, além de ver estendido em sua direção o prestígio do barão. Por isso, quando este último vai morar na corte, o sr. Domingos tem que se *consolar* por ter sido *rebaixado de compadre de um barão a compadre de um simples comendador*. O rebaixamento, isto é, passar a ser compadre de outra pessoa de menor reconhecimento social, com menos prestígio, é possível porque ele era tido como *apêndice* que pode ficar *avulso* até encontrar outro “afilhado”, vindo então a aliar-se a outro fazendeiro.

Portanto, nas relações de compadrio, percebe-se uma relação de reciprocidade, na qual cada componente dessa díade oferece para troca os elementos simbólicos ou materiais que possui.

POSIÇÃO E PAPEL SOCIAL DOS ESCRAVOS

Outros personagens que compõem a trama são os escravos, dispostos segundo uma hierarquia: *as mucamas e o pajem de estimação*, com os quais estabelecem vínculos de parentesco, passando a serem chamados de *avô e vovó preta*; *as pretas da cozinha* e os da *senzala*. Tal como aparecem neste romance, pode-se dizer, com Oliveira Vianna (1974), que os escravos (de estimação e da cozinha) fazem parte da “família” do barão. É na casa-grande que eles, principalmente os da cozinha, sabem dos acontecimentos relativos aos outros membros da casa e, por meio de *murmúrios*, repassam essas informações aos demais escravos da fazenda. Os *murmúrios* da escravaria são um importante veículo de circulação de informações, de regras e de normas da *Casa Grande*.

Os *da casa* têm papel fundamental na socialização das crianças, tornando-se responsáveis por seus cuidados, ensinando-lhes hábitos e introduzindo-as nos assuntos dos outros membros da casa.

Adélia e a colega de Eufrosina, a mucama cortesã [Felícia], riam-se conforme a moda, com esses ritornelos que tornam a gargalhada da gente do tom de uma

espécie de peça musical, uma cantina ou valsa. Elas tinham imitado essa prenda de D. Luísa, a mãe de Adélia (p. 27).

– Nhandã, isto são modos? Tomara que sinhá saiba, exclamou a Eufrosina.

– Onde já se viu uma menina trepar nas árvores? No Rio de Janeiro, só quem faz isso, é menina à-toa! Observou a Felícia (p. 22).

– É verdade; bonitas que não tem mais para onde! Mas esta mocinha é a afilhada de meu senhor, não é nhandã? [diz a avó preta de Alice, Chica]

– É Adélia, é!

– Como está crescida!

– Veio passar estes tempos conosco porque o pai tem andado doente (p. 42).

Os escravos estão ligados, principalmente às crianças, seja por serem seus guardiões, socializados, e/ou por estabelecerem vínculos de parentesco com eles. É desta maneira que se torna possível, com a união das famílias e a cessação dos conflitos, os velhos escravos (Benedito e Chica) serem alforriados.

– Desaforo! [quanto a Mário ter atirado uma jaca em cima dela] Vou fazer queixa à sinhá! Eu sou sua mucama de estimação; não é para ser tratada assim. Se não presto mais, então me vendam!... depois é que hão de ver! Ai, a Eufrosina, aquilo sim, era uma boa rapariga! Coitada! Aonde andar ela?... Ora bem descansada de minha vida! Senhor bom é o que não falta! (p. 27).

– Fará mal, Felícia? [Adélia perguntando sobre as frutas que queria comer]

– Deixe ver, iaiá.

A Felícia tomava a fruta, que cheirava e abria ao meio; comendo uma banda dava a outra a Adélia:

– Pode comer, iaiá! Está muito gostosa. Naturalmente a Felícia, alguma vez escutando à porta da sala, ouvira

dizer que o médico dos soberanos tinha por encargo do ofício provar as régias iguarias antes de serem servidas a seu amo. Na qualidade de mucama, incumbida de velar sobre a formosura e o bem-estar da menina, ela considerava-se obrigada a partilhar com a iaiá todas as guloseimas (p. 23).

Quando as meninas entraram na cabana, Mário, que as acompanhara com o olhar, tirou do seio um pequeno embrulho enrolado em um lenço. Dentro havia uma moedinha de prata de cunho antigo que valia uma pataca e um pequeno registro de São Benedito.

O preto [Benedito] recebeu o mimo de joelhos e como se fosse uma relíquia sagrada. Não é possível pintar a efusão de seu contentamento nem contar os beijos que deu nas mãos de Mário e nos presentes [...] (p. 41).

[...] Dizendo isto, a tia Chica descobriu o marido de pé na porta da cabana.

– Olha, calunga; você ainda não viu o presente que nhandã me trouxe. Como eu vou ficar chibante, hem!

Enquanto Benedito examinava gabando o vestido e o xale de lã bem como um adereço de miçangas azuis que Alice trouxera para sua vovó preta, Chica pela terceira ou quarta vez julgou-se obrigada a abraçar a menina e beijá-la com efusão:

– Está com inveja, calunga? Disse a preta sorrindo para o marido.

– Também tive quem se lembrasse de mim; não foi você só [...] (p. 43).

Ambos se desvaneciam de serem um tanto ascendentes de seus prediletos. Benedito, como fora pajem grande do pai de Mário em criança, considerava-se até certo ponto avô do menino. Da mesma forma tia Chica, que tinha criado a mãe

de Alice, olhava para esta como se fosse em parte sua netinha [e reciprocamente, porque Alice havia dito que iria ver sua 'avó preta']. (p. 59).

[...] Até a sala de jantar, onde estavam de prosa a Felícia, a Eufrosina, o Martinho e a Vicência, enquanto a última preparava a merenda de frutas e refrescos.

Mário era também ali, naquele parlatório da copa, a ordem do dia.

– Pois gentes! Eu cá torno a dizer. O Mário não chega ao Lúcio. Este sim, é moço papafina!

– Sai daí, serigaita! Disse o Martinho.

– Psiu! Mais respeito, moleque!

– Martinho!... disse a Vicência.

– Quem atura essas bobagens! resmungou o moleque.

– Olha que você se arrepende! Eu não gosto de fazer enredos a sinhá!

– Vai, vai depressa, vai contar; eu também hei de dizer a nhanhã D. Alice que você chama a moço branco, branco, assim como se chama um moleque: Mário!

– Está vendo, minha gente, como se levanta um falso testemunho. Cruzes!

– Deixa esse tição! Acudiu Eufrosina. Como ganhou molhadura pela chegada do nhonhô Mário, que não devia ganhar...

– Tição!... tição é seu pai de você, negro cambaio e bichento que veio lá d'Angola... Cada beijo assim!hi!hi!

A Eufrosina, cega de raiva, atirou-se ao pajem, que fugia-lhe correndo ao redor da mesa e exasperando a mucama com as caretas que lhe fazia:

– Cada beijo, assim como orelha de porco... Tapuru era mato... chegava a sair pelos olhos.

– Eu te esgano; só se não te pegar [...] (p. 233).

Entretanto o barão retirava-se com os convidados no meio dos aplausos e saudações dos escravos que formando alas os acompanhavam até a Casa Grande. Na passagem, as pretas mais idosas que tinham visto nascer Alice, e por isso usavam com a menina de certa familiaridade, dirigiram-lhe estas palavras:

– Agora sim, nhanhã está contente!

– É mesmo; nhô Mário já chegou!

– Festa grande não tarda!

– Batuque de três dias!

– Benza-os Deus!... feitiños um para o outro!

– É um anjo com um Serafim!

Alice enrubescendo sorriu-se para Mário; mas vendo a expressão de contrariedade que ressumbrava em sua fisionomia, reprimiu os gracejos indiscretos levando o dedo à boca:

– Nem mais palavra, senão fico zangada! (p. 251).

As escravas desempenham ainda o papel de guardiãs e transmissoras das memórias locais. Podemos, nesse caso, fazer uma analogia com as mulheres que, nessa época, não se casavam e ficavam na casa da família, tendo como uma de suas funções preservar e transmitir a memória familiar e local (CANÊDO, 1998), pois as escravas, como não aparecem ligadas às suas próprias famílias, mas sim à do barão, teriam essa função.

Desde a fundação da fazenda que datava o costume de festejar-se o Natal com aquelas cantigas e romarias. Durante muitos anos porém, talvez pelos desgostos que sobrevieram ao antigo dono, tinha caído em esquecimento, até que Alice ficando moça o restaurou. A menina ouvia sempre pelo Natal falarem as pretas velhas das bonitas festas que se faziam outrora na fazenda; e arremedarem as

cantigas e representações que se davam então.

Completando os seus quatorze anos, e sentindo-se já com força de querer, Alice tentou realizar aquele capricho que alimentava desde menina, e no próximo Natal fez o primeiro ensaio. Desde então, ficou em costume, e cada ano a festa era a mais arrojada e esplêndida, até a última que prometia exceder em riqueza e entusiasmo a todas as outras, sem excluir mesmo as mais antigas de que havia memória na fazenda e suas vizinhanças (p. 213-214).

Alice tornou para junto da preta, a qual se conservava inteiramente estranha à conversa, preocupada ainda com as palavras que haviam agastado a Mário.

– Conta a história da mãe-d'água, vovó!
– Ora, Nhanhã, eu nem me lembro mais.

– Para Adélia ouvir! Sim vovó, sim!

– Já esqueceu! Faz tanto tempo que eu ouvi a minha senhora velha D. Generosa, aquela santa que Deus tem na sua glória entre seus anjos.

– Era vovó de mamãe! Disse Alice para Adélia [e a mulher contou a história, que acaba por ser a história do Boqueirão]. (p. 46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale a pena ressaltar a interação da Fazenda Nossa Senhora do Boqueirão com a corte, local de comércio e, principalmente, de decisões políticas. A fazenda e especificamente a casa-grande, era o local onde ocorriam as negociações do campo da política eleitoral mesclada a outros eventos, como festas, comemorações, passeios.

Na arena política, a *casa-grande* e a fazenda não aparecem aqui como submetendo o Estado à vontade do barão, mas sim representantes do Estado e barões,

estabelecendo relações recíprocas, como expressa a doação de dinheiro de Freitas para uma obra pública e, com isso, o recebimento de seu título de barão.

Nesse sentido, não poderíamos ver a corte e a casa-grande/fazenda como territórios separados, mas sim como espaços sociais que, ao mesmo tempo em que se opõem, se complementam, estabelecendo trocas e influências mútuas.

Nessa urdidura de relações sociais (de matrimônio, amizade, políticas, compadrio, proteção), cada personagem, no desempenho de seu papel, estabelece reciprocidade nas trocas, como o barão e o conselheiro, o barão e o sr. Domingos Pais, o barão e Mário, Mário e Alice, e assim por diante.

As mulheres, tanto as escravas quanto as não-escravas, têm papel ativo nessa trama, pois maquinam casamentos e intrigas, são trunfos políticos, preservam e transmitem as memórias familiares e locais. Se estavam submetidas financeiramente aos homens, nem sempre o estavam em outras dimensões.

Nesta reflexão, através do romance *O Tronco do Ipê*, percebemos que aquilo que ficou conhecido como a “família patriarcal brasileira” não deve ser um rótulo que, por si só, forneça uma explicação ou uma descrição de determinada realidade, pois os eventos, as relações e as interações ocorridos e os papéis e as funções sociais desempenhados são múltiplos e inter-relacionados.

NOTAS

¹ Agradeço aos professores doutores Moacir Palmeira, Luiz de Castro Farias, John Comerford e Ana Cláudia Marques, pelas discussões em sala e pelos comentários que muito contribuíram para a versão final do texto. Agradeço a Maria Lúcia Resende de Vianna, pela dedicada revisão deste artigo.

² Dados disponíveis em <<http://www.culturabrasil.pro.br/joseddealencar.htm>>, acessado em <03/07/2003>.

³ Utilizo aqui o conceito de *redes sociais*, de Mitchell (1969), para quem, por esta noção, é possível compreender um conjunto específico de ligações entre um grupo definido de pessoas. As características dessas ligações podem servir para interpretar o comportamento social das pessoas envolvidas. Ainda sobre redes de relações sociais, ver, entre outros, Both (1976) sobre família, parentesco e redes sociais.

⁴ Outra acepção do termo “intriga” é encontrada na etnografia apresentada por Marques (2002). Segundo esta autora, “a

intriga é uma briga em latência, a tensão e, digamos, uma predisposição que define a relação entre as partes [...] tendencialmente iguais nos planos de hierarquia social e moral” (p. 80-81).

⁵ Sobre *fofocas*, ver, entre outros, Epstein (1969). Na interpretação deste autor, numa rede social, as fofocas operam na manutenção e no reforço das normas sociais estabelecidas pelo grupo.

⁶ Utilizo os termos *conflito* e *contenda* para marcar uma distinção que significa, no segundo deles, haver elementos como brigas corporais e assassinatos, entre outros.

⁷ Comerford (2000) e Marques (2002), entre outros autores contemporâneos, apontam em suas etnografias para as brigas entre e dentro de famílias, em diferentes contextos sociais; o primeiro deles, em Minas Gerais e o segundo, em Pernambuco.

⁸ Ver, entre outros, Lopes (1973), em artigo que analisa a família da casa-grande e a família dos trabalhadores em engenhos de açúcar na obra de José Lins do Rêgo.

⁹ Sobre retribuição de dádivas, ver Mauss (1988).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. (s/d) [1871]. *O tronco do Ipê*. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos.
- ARIÈS, Philippe. 1981. “A família e a cidade”. In: VELHO, Gilberto & FIGUEIRA, Sérvulo A. (orgs.) *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus. p.13-23.
- AZEVEDO, Fernando (1948). “A ‘casa grande’ e a vida pública”. In: AZEVEDO, Fernando, *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool. p. 73-98.
- BOTH, Elizabeth (1976). *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- CANÊDO, Leticia Bicalho (1998). “La production généalogique et les modes de transmission d’un capital politique dans le Minas Gerais brésilien”. *Genèses*, 31: 4-28.
- COMERFORD, John (2001). “Como uma família”: sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais. Tese de doutorado, Museu Nacional/UFRJ.
- DaMATTA, Roberto (1994). “A obra literária como etnografia: notas sobre as relações entre literatura e antropologia”. In: DaMATTA, Roberto. *Conta de mentiroso: sete ensaios de antropologia brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Rocco. p. 35-58.
- DUARTE, Nestor (1966). “Capítulo IV”. In: DUARTE, Nestor.

Ordem privada e a organização política nacional. São Paulo: Companhia editora Nacional. p. 64-89.

EPSTEIN, A. L. (1969). “Gossip, norms and social network”. In: MITCHELL, J. Clyde (org.) *Social network in urban situations: analyses of personal relationships in Central African towns*. Manchester: Manchester University Press, 1969. p. 117-127.

FREYRE, Gilberto [1933] (1996). *Casa-grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Record.

LOPES, José Sérgio Leite (1973). “Relações de parentesco e de propriedade nos romances do ‘ciclo da cana’ de José Lins do Rego”. *Revista de Ciências Sociais*, 4(1): 45-63.

MARQUES, Ana Cláudia (2002). *Intrigas e questões. Vingança de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, NUAP.

MAUSS, Marcel (1988). *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa: Edições 70.

MITCHELL, J. Clyde (1969). “The concept and use of social network”. In: MITCHELL, J. Clyde (org.) *Social network in urban situations: analyses of personal relationships in Central African towns*. Manchester: Manchester University Press, p. 1-50.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José de (1974). “O ‘complexo dos feudos’” e “Os clãs feudais & O complexo da família senhorial e os clãs parentais”. In: OLIVEIRA VIANNA, *Instituições políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Record. p. 184-206 e 207-241.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira (1976). “O coronelismo numa interpretação sociológica”. In QUEIROZ, Maria Isaura Pereira, *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega. p. 163-216.

SIMMEL, Georg (1991). “La sociabilité: exemple de sociologie pure ou formale”. In: SIMMEL, Georg, *Sociologie et épistémologie*. Paris: PUF. p. 121-136.

WILLEMS, Emilio (1953). “The structure of brazilian family”. *Social Forces*, 31(4): 339-345.